

**Contribuições das Federações de Pequenos Agricultores
da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**
(Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe)

MANIFESTO

Porque estamos na Rio +20?

Quarenta anos depois da Cimeira de Estocolmo e vinte anos depois da Cimeira da Terra (Eco 92) os países do mundo reúnem novamente na Cimeira Rio+20. Chegamos aqui, constatamos que os problemas globais da fome e pobreza se agravaram, o fosso entre ricos e pobres é cada vez maior e os problemas ambientais aumentaram. Este paradigma de desenvolvimento de cariz neoliberal e subjugado à lógica do livre comércio falhou e precisamos mudar de rumo! É necessária uma inversão nas políticas globais, regionais e nacionais em direção a um paradigma de desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista ambiental e social. A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, aprovada em 2011, dá indícios de poder contribuir para esta mudança de rumo porque coloca o foco nos pequenos produtores e no reforço da governança sob a perspectiva do direito à alimentação.

O que denunciemos na Rio +20?

No contexto da Rio +20, manifestamos uma firme posição contra a forma como está sendo proposto o modelo de “Economia Verde” e chamamos a atenção para os seus possíveis perigos:

- A suposta preservação ambiental baseada na lógica do lucro não solucionará os problemas da pobreza e não nos levará a alcançar a sustentabilidade dos recursos e do ambiente.
- O capitalismo verde subjacente a esta proposta conduzirá à privatização dos recursos naturais e à sua consequente mercantilização e financeirização mantendo e reproduzindo os erros do atual paradigma de desenvolvimento, agora com nova roupagem;
- Em lugar do desenvolvimento sustentável assistiremos a um “esverdeamento do modelo” que continuará ávido de lucro e acentuará a espiral de exclusão e pobreza em que vivemos, designadamente para os países mais pobres;
- A “economia verde”, tal como está sendo proposta, é mais do mesmo, e servirá apenas para legitimar as atuais políticas excludentes e para continuar a privilegiar as grandes corporações do sector agrícola, alimentar e energético;

O que reclamamos na Rio +20?

Face à falência completa do atual paradigma de desenvolvimento que promove a exclusão da agricultura familiar e dos pequenos produtores e agrava a pobreza e insegurança alimentar, reclamamos uma ruptura clara com este modelo, designadamente:

- A necessidade de políticas agrícolas, comerciais e ambientais, que privilegiam os pequenos produtores reconhecendo a sua importância do ponto de vista económico, social e ambiental;
- A necessidade de proteger e regular o uso e gestão da terra, territórios, água, sementes, animais e da biodiversidade, assegurando o acesso e gestão de forma justa e equitativa pelas comunidades locais, designadamente os pequenos produtores;
- A necessidade de assegurar o acesso aos mercados por parte dos pequenos produtores privilegiando os circuitos curtos e diretos de comercialização;

- A necessidade de privilegiar a produção de alimentos básicos locais, em detrimento das culturas para exportação;
- A necessidade de aumentar os investimentos públicos na agricultura familiar e adotar medidas de discriminação positiva para proteger e reforçar os pequenos produtores;
- A necessidade de regulação pública efetiva da produção e do comércio de alimentos;
- A necessidade de reconhecer de forma explícita o modelo de produção agroecológico como garantia do pilar social e ambiental do desenvolvimento sustentável;
- A necessidade de rejeitar o patenteamento de seres vivos e a utilização de organismos geneticamente modificados, bem como a utilização de culturas dedicadas para a produção de agrocombustíveis que coloque em causa a segurança e soberania alimentar;
- A necessidade de reconhecer o direito dos povos a decidirem e a gerirem os seus próprios sistemas agrícolas, alimentares e ambientais, como forma de proteger os seus produtos e produtores com base nos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação;
- A necessidade de reforçar a governança global para o desenvolvimento sustentável e para a luta contra a fome, reconhecendo os verdadeiros pequenos produtores como interlocutores legítimos e primordiais para a definição das políticas;

O que propomos na Rio +20?

Para manter viva a discussão e continuar a lutar por estas e outras posições comuns decidimos avançar com a constituição da “**Plataforma de Camponeses da CPLP**”. Em concreto, e tendo em vista a consagração de **2014 – Ano Internacional da Agricultura Familiar**, propomos lutar e trabalhar em conjunto em direção a:

- Alcançar uma definição e reconhecimento de pequenos camponeses para efeitos de interlocução e diálogo político e de definição do objeto das políticas públicas com impacto na agricultura e segurança e soberania alimentar;
- Exigir que 80% dos recursos públicos (nacionais, regionais, globais) investidos na agricultura sejam diretamente canalizados para o apoio aos pequenos produtores e agricultura familiar;
- Exigir políticas, programas e estratégias de promoção da agroecologia e uma orientação estratégica focalizada na agricultura familiar e pequena agricultura, bem como uma regulação efetiva do emergente “pacote tecnológico” associado à terceira revolução verde;
- Lutar pela consagração da agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional como bem público universal e exigir uma regulação efetiva do acesso e gestão de forma sustentável da terra, água e outros recursos naturais;
- Exigir o acesso aos mercados locais por parte dos pequenos produtores através de regulação pública, designadamente da adoção de medidas de proteção alfandegária e de discriminação positiva para fomento da produção, transformação e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

MENSAGEM

Chamamos a atenção para a necessidade do reforço da aliança global de pequenos produtores e trabalhadores rurais e exigimos às Nações Unidas que a reconheçam como interlocutor legítimo e primordial para a discussão política.



Apoio:

